

**EDcl nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 605.557 - RS
(2014/0282840-5)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : DIRNEI BOTTINO CUSTODIO
EMBARGANTE : ROBERTO DOS SANTOS CUSTODIO
EMBARGANTE : RODINEY DOS SANTOS CUSTODIO
EMBARGANTE : RONALDO DOS SANTOS CUSTÓDIO
EMBARGANTE : SIMONE DEONILDE DARTORA
EMBARGANTE : ZULEICA DOS SANTOS CUSTÓDIO
ADVOGADO : GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA E OUTRO(S) -
RS023021
ADVOGADA : ANDRÉA BUENO MAGNANI MARIN DOS SANTOS -
DF018136
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF - PR0000000F

DECISÃO

*PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL.
SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.
SUPOSTA OMISSÃO ACERCA DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA
VERBA HONORÁRIA, TENDO EM VISTA A CONCESSÃO DE
GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS DE
DECLARAÇÃO DOS PARTICULARES REJEITADOS.*

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos por DIRNEI BOTTINO CUSTODIO e OUTROS contra decisão que acolheu os seus primeiros Embargos opostos para sanar a omissão acerca do pleito para reduzir o valor fixado a título de honorários advocatícios.

2. Afirma a parte embargante, em suma, que a decisão embargada padece de omissão quanto à necessidade de suspensão da exigibilidade dos ônus sucumbenciais, por serem os embargantes beneficiários da justiça gratuita.

3. É o relatório.

4. Não assiste à parte embargante.

5. Conforme consignado pelo Tribunal de origem,

acerca do pedido de suspensão da exigibilidade da referida verba, igualmente não assiste razão à parte embargada, tendo em vista que a mesma não litiga ao abrigo da AJG (fls. 132).

6. Esta Corte admite a atribuição de efeitos infringentes a Embargos de Declaração apenas quando o reconhecimento da existência de eventual omissão, contradição ou obscuridade acarretar, invariavelmente, a modificação do julgado, o que não se verifica na hipótese em tela.

7. Assim, na verdade, sob a pecha de omissão, os Embargantes buscam ver sua decisão modificada. Tal procedimento é incompatível com os Embargos de Declaração, e toda tentativa de desvirtuar a real função deste recurso deve ser rechaçada.

8. Ante o exposto, rejeitam-se os Embargos de Declaração dos Particulares.

9. Publique-se. Intimações necessárias.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR